

A PORTA LACRADA PARA SEMPRE, OU: QUEM MATOU O PADRE BERNARDO VIEGAS?

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

O artigo analisa a conjuntura histórica em que ocorreu o assassinato do Padre Bernardo Viegas no ano de 1833, utilizando como hipótese a interpretação desse fato histórico como um crime político.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande; período regencial; restauradores e liberais.

Se este homicídio “ficar impune e se a justiça, como rigorosamente lhe cumpre, não descobrir o vil monstro e seus infames sectários, então será melhor irmos encerrar-nos nas mais obscuras cavernas e fazer companhia às mais embravecidas e sangüinosas feras”.¹

O *Noticiador* foi o primeiro jornal editado em Rio Grande. Perdurou entre 3 de janeiro de 1832 e 9 de janeiro de 1836 e tinha como editor Francisco Xavier Ferreira, que faleceu de forma trágica em prisão do governo central após a eclosão da Revolução Farroupilha. Além dele, um outro personagem que divulgava o seu ideário liberal por este jornal morreu de forma trágica. Seu nome era Bernardo José Viegas, padre católico, deputado, maçom e defensor de princípios liberais. Seu assassinato ocorreu no dia 3 de outubro de 1833, quando recebeu um tiro estando na soleira da porta central da capela de São Francisco. O assassino nunca foi preso, ficando o crime sem punição. Nos dias seguintes ao crime, circulou na Vila do Rio Grande uma lista com mais 19 pessoas que seriam executadas. A porta da capela em que o padre Viegas foi alvejado foi “lacrada para sempre”, conforme determinação do bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho. A oralidade da época se encheu de versões sobre o caso, porém ao longo de quase dois séculos o esquecimento preencheu os espaços, ficando a porta esquecida até a sua redescoberta quando da restauração da

¹ Frieza e lentidão das autoridades. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 174, 1833.

capela em 1999. A porta permanece lacrada, porém pode ser observada pelos visitantes do museu sacro existente no interior da capela.

O contexto de fundo para esses acontecimentos está no período regencial, iniciado após a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 e que perdurou até a maioridade de D. Pedro II em 1840. No ano de 1833, o clima político era de tensão no Brasil, devido às iniciativas de restauradores portugueses que desejavam o retorno de D. Pedro I ao poder favorecendo os interesses lusitanos em detrimento dos interesses de grupos brasileiros. Interessante é que a grande comemoração da independência do Brasil não era realizada no dia 7 de setembro, como acentua o jornal *O Noticiador*, mas no dia 7 de abril, data da abdicação de D. Pedro I.

O Noticiador atacava de forma incisiva todas as iniciativas restauradoras, que teriam um caráter contrário à independência e soberania brasileira, acreditando numa possível recolonização do Brasil por Portugal.

Esta história de afirmação da independência e aversão ao passado colonial está nas edições do jornal *O Noticiador* do ano de 1833 pesquisadas por Francisco Riopardense de Macedo no livro *Diário de um conflito*², que enfatiza aquela conjuntura histórica como uma guerra contra a restauração (retorno de D. Pedro I ao poder no Brasil). Segundo o autor, o ano de 1833 é de extrema importância para a vila do Rio Grande:

No ano anterior, lá fora criada a operosa Sociedade Protetora da Liberdade e da Independência Nacional. Naquele mesmo ano impediram que lá se instalasse a Sociedade Militar, entidade que representava a força dos restauradores e o permanente empenho de defender a constituição e garantir o reinado de D. Pedro II. Aguardavam a criação das Assembléias Provinciais, o que viria a acontecer no ano seguinte.³

O assassinato está situado num contexto que será a seguir tratado. É preciso ressaltar que a primeira metade do século 19 foi dos períodos mais agitados da história brasileira. O rompimento político com Portugal está associado à independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Porém, essa é uma data simbólica e não o momento final de um processo de rompimento com a condição colonial e afirmação interna desse processo de independência. Construir uma nação é um projeto ainda inacabado, mas que passou por momentos dramáticos

² MACEDO, Francisco Riopardense de. *Diário de um conflito*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2003.

³ MACEDO, 2003, p. 20.

que poderiam ter significado um recuo na condição de autonomia político-administrativa de Portugal.

O PADRE VIEGAS

O padre Bernardo José Viegas era do Bispado de Coimbra, vindo ao Brasil e seguindo a carreira eclesiástica. Fixou residência na então vila do Rio Grande de São Pedro na década de 1820. Membro da maçonaria, foi um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Atuou na promotoria pública, advocacia e como professor. Era um combatente da restauração e defensor do nacionalismo. No mês de abril de 1833 foi eleito deputado junto com o amigo Francisco Xavier Ferreira e de Bento Gonçalves da Silva, personagens que tiveram destaque durante a Revolução Farroupilha. Quatro dias depois do assassinato do padre Viegas, o jornal *O Noticiador* dedicou na edição de 7 de outubro um especial espaço na necrologia e insinuou a associação do crime com as forças conservadoras da restauração:

Temos de noticiar aos nossos leitores o mais atroz e o mais escandaloso atentado contra as leis, contra a moral e contra a ordem e segurança individual. O cidadão Bernardo José Viegas, Presbítero Secular, brasileiro adotivo e morador nesta vila há mais de onze anos, foi vil e atraíçadamente assassinado no dia 3 do corrente, logo ao anoitecer. Este denodado patriota tinha saído de sua casa para ir à de seus amigos conversar, como era de costume. Ao passar pela capela de São Francisco, que estava iluminada e a cuja porta se haviam lançado foguetes, o monstro que talvez o esperasse ou seguisse, tendo-o bem reconhecido, lhe disparou um tiro que poucos minutos viveu e se evadiu para ir se asilar no antro da perversidade, que longe não seria. A vida pública e particular deste cidadão não constitui o réu de outro crime se não de ser aferrado à liberdade geral, ao sistema jurado e à prosperidade da pátria que tenha escolhido: além disto era eleitor, promotor público, professor de cadeira de ensino mútuo, presidente da Sociedade Defensora e, pelo seu talento e habilidade, advogava com crédito e honra algumas causas que lhe confiaram seus amigos e concidadãos. Isto era bastante para ter inimigos e irritar a função retrógrada de alguns Chic... que quer ser preponderante nesta vila e tratar destes negócios com exclusão, e este é também o motivo, segundo é público, por que perpetraram semelhante assassinato. Monstros! Que dano vos fazia este infeliz? Assim se atacam as leis? Assim se ataca a segurança pública? E as garantias do homem em sociedade? E ficará impune este horroroso acontecimento? Ficarà, pois que a impunidade está na ordem do dia e a polícia em total abandono.

Brasileiros! Este atentado pede vingança, mãos sacrílegas se mancharam no sangue do nosso compatriota, de um cidadão pacífico e inermes. Não sejais indiferentes à enormidade de tal crime. A liberdade não consiste só em palavras, porém em sustentar os nossos direitos sagrados, atropelados na pessoa do Sr. Viegas, o delito atroz nele praticado ameaça as nossas vidas e a existência da pátria livre: os assassinos passeiam entre nós, marcam as suas vítimas, quem sabe se nós seremos a segunda? Brasileiros, coragem, vingança. O tribunal de júri está a instalar-se, a junta de paz está em exercício, os malvados querem atirar-vos! Avante! E se o senhor Bernardo José Viegas acabou a sua carreira vítima dos seus liberais sentimentos, elevai templos a sua memória: cobri-vos de luto.⁴

O jornal⁵ também denunciou que dois dias após o assassinato, foi dado um tiro para o interior de uma casa e passou a circular a informação de uma lista em que várias pessoas seriam eliminadas, o que desencadeou um período de medo na vila do Rio Grande. O medo já era presença marcante na vila desde a invasão espanhola em 1763. Desde a segunda metade da década de 1820, a cidade ficava fechada por terra ao exterior com a construção de uma linha de trincheiras de defesa militar frente à invasão de caudilhos platinos. Dentro desses muros da cidade antiga é que estes acontecimentos ocorreram, demarcando o medo externo e o medo interno das retaliações oriundas dos confrontos político-partidários.

Acreditava-se que a próxima vítima poderia ser Francisco Xavier Ferreira, o qual fez a seguinte manifestação:

Ao meu conhecimento chegou, e a passada noite fui ocular testemunha, que vós, desde a infeliz noite do bárbaro assassinato do Padre Bernardo José Viegas, zelosos da conservação dos meus já cansados dias, tendes rondado efetivas e prolongadas horas a minha casa, dispostos a defender a minha vida, ameaçada pela mesma califa retrógrada que cortou o fio à existência do inocente patriota. Este generoso e voluntário sacrifício muito tem penhorado o meu coração assaz atribulado pelo

⁴ *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, 7 de outubro de 1833.

⁵ “*O Noticiador* continuava no ano de 1833 a desenvolver o tema da restauração, o que significava, entre outras posições, a de permanente luta contra a volta de D. Pedro I ou de sua filha, mais a defesa da Constituição e a cobrança sempre que possível das promessas de Sete de Abril, e proclamava a importância de D. Pedro II assumir o trono que recebeu de seu pai no momento da abdicação. Neste sentido, esboçava um nacionalismo ainda indefinido, mas que correspondia ao interesse geral dos brasileiros, embora muitos destes não se apercebessem inteiramente. As falas e proclamações referem-se com frequência ao imperador menino como se houvesse um consenso de que, tendo nascido no Brasil, seria com certeza um defensor dos interesses do novo país”. MACEDO, Francisco Riopardense de. *Diário de um conflito*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2003, p. 25.

execrando atentado de 3 de outubro pelo terror que espalhou nesta vila e sobretudo pela crise em que vejo o nosso país, digno, certamente, de melhor sorte, porém, sendo desonroso ao cidadão brasileiro sucumbir a desgraças quando se trata da salvação da pátria, muito me animo para dar-vos os mais sinceros agradecimentos pela parte ativa que tendes tomado na proteção da minha existência e, em retribuição a tão assinalado favor, vos ofereço, cidadãos patriotas, a minha pequena fortuna e tudo quanto possuo para ajudar-vos a sustentar a ordem e a tranqüilidade pública, e defendermos a liberdade, a independência, o trono do Senhor Dom Pedro Segundo, com exclusão expressa e formas de outra qualquer pretendente, e a Constituição do Império, com as reformas federativas legais. O Supremo Árbitro do Mundo vos guarde, Cidadãos Patriotas, Rio Grande, 8 de outubro de 1833.⁶

Portanto, ao referir-se à “califa retrógrada” que continuava a ameaçar outros liberais, Francisco Xavier Ferreira demonstra que os possíveis mandantes ou assassinos tinham os seus nomes conhecidos entre aqueles que temiam por suas vidas. Demonstrando a sua importância enquanto liderança liberal, Xavier Ferreira foi dos farrroupilhas mais perseguidos quando da retomada de Porto Alegre pelos imperiais, sendo ele preso e enviado ao Rio de Janeiro, onde faleceu em 1838 em masmorras onde eram levados os presos políticos.

O *Noticiador* faz referência a um caramuru que estava tentando intimidar os cidadãos liberais.

Duas noites depois do assassinato do Sr. Viegas deram um tiro no segundo distrito, dentro da casa de certo agente de papéis miúdos ou grossos. Os vizinhos se assustaram de tal modo que, passado algum tempo, mandaram indagar se alguém tinha sido assassinado. Com que intento deu o tal caramuru o tiro? Para assustar? Engana-se: a primeira vez que eles se atreverem a levantar grimpá, verão se estamos dormindo, e se o querem experimentar, piem.⁷

Denunciava-se também a lentidão das autoridades em investigar o crime:

Ao terror e pânico sucedeu a mais furiosa indignação, tendo esta crescido não só pelo boato que se tem espalhado de que do mesmo modo serão sacrificados mais dezenove patriotas, como pela lentidão e frieza com que o público tem visto proceder no exame deste insidioso homicídio.

Antes de sua morte, o padre Viegas esteve envolvido em conflitos

⁶ O *Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 174, 8 de outubro de 1833.

⁷ Um tiro na noite. O *Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 176, 1833.

travados inclusive através do jornal *O Noticiador* em polêmica com o redator do jornal *Observador*, demonstrando a atmosfera emocional que se vivia na vila do Rio Grande:

Com a promessa de perdoar aos humildes e debelar os soberbos, terminei eu minha última correspondência com o sanhudo redator do *Observador*, que, não obstante dever-se considerar corrido de tanta parvoíce e falsidade que há descrito, ainda assim trilha a mesma mancha sem pejo de ser desmentido em suas arguições, se valesse a pena serem computadas.

Eu, porém, preferindo ver terminada uma polêmica que já deve ter enfatiado a um povo honrado e moderado, preferindo contar todos os meios àquele escritor para não continuar em sua imoralidade, entrego ao silêncio o resto de minha justificação, e o público desapassionado e imparcial, que não se importa que eu seja filho de um sapateiro, ou o Sr. Doutor de um carcereiro, fará justiça àquele que a tiver. Preza a Deus que o fecundo redator, havendo em mim fartado a sede de sua maledicência, tenha compaixão dos outros seus concidadãos, e seja eu a última vítima de sua ferocidade.⁸

Passionalidade e enfrentamento verbal em meio à construção de um Estado Nacional que ainda engatinhava, era uma mistura explosiva. Soma-se a influência do padre Viegas como professor. Conforme o “relatório como professor” que ele publicou no *Noticiador*, os trabalhos de docência tiveram início nas primeiras letras em 16 de abril de 1831 e, passado um ano, matricularam-se “nesta aula 148 discípulos. Destes saíram 18 plenamente instruídos em ler, escrever e contar, e alguns com princípios de Gramática Portuguesa e noções mais gerais de Geometria prática. Ausentaram-se da aula 10, freqüentaram 112”⁹. Isso amplia a influência de Bernardo Viegas junto à comunidade local, pelo reconhecimento de sua condição de detentor do saber.

Viegas também promovia o incitamento popular contra o retorno de D. Pedro I e a influência dos restauradores, utilizando a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional como ferramenta nacionalista:

Brasileiros! O perigo urge, a honra exige, a Liberdade pede, a Pátria manda que nos unamos, que todos sejam brasileiros e amigos. Apaguemos ódios indiscretos, rivalidades infames. Sacrifiquemos no Altar da Pátria nossas dissensões, nossos caprichos. Mostremos aos Partidos Restaurados, e saiba o Mundo, que, quando se trata de

⁸ Fim da polêmica. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 113, 1833.

⁹ Relatório como professor. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 112, 1833.

defender a nossa Liberdade e a Honra, e a Independência Nacional, todos somos brasileiros; esqueçamos todas as indisposições; somos irmãos, e somos fortes e terríveis, porque nos sabemos reconciliar e unir. Brasileiros, seja pois a conciliação nossa primeira virtude: a Pátria o nosso dolo e a defesa da Liberdade os nossos votos; e o Senhor Dom Pedro Segundo, o foco de nossos sentimentos patrióticos. Tais são, concidadãos, os deveres a que vos invista a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional na vila do Rio Grande; tais são os sagrados e preciosos objetos que ela deseja gravar em nossos corações. (Vivas) – Bernardo José Viegas, presidente, e Carlos Antônio da Silva Soares, secretário.¹⁰

A disputa entre liberais e restauradores foi se acentuando, num período dos mais turbulentos da história do Brasil, ligado às rebeliões provinciais que passam a questionar a estrutura de dominação concentrada no Governo central. Nos meses seguintes, o foco das críticas não ficará concentrado nos restauradores portugueses, voltando-se contra a centralização político-administrativa conservadora, que seria questionada em discursos liberais e pelas armas com a Revolução Farroupilha em setembro de 1835, num prelúdio dos dez anos dramáticos do confronto entre imperiais e farroupilhas no Rio Grande do Sul.

O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O Brasil entra para a história européia na condição de colônia no ano de 1500. Para garantir a posse das terras era necessário promover o povoamento e o desenvolvimento de atividades de valorização econômica, fatores que levaram ao longo dos séculos ao surgimento de interesses de emancipação da tutela colonial por parte das elites brasileiras e o lento amadurecimento de um ideário nacional, de brasilidade.

O sistema colonial implementado por Portugal no Brasil sofreu um duro golpe no ano de 1808, quando, com a invasão napoleônica do território português, a Corte de D. João VI cruza o Oceano Atlântico e se estabelece no Brasil. Foi um primeiro grande passo na superação do estatuto colonial, pois a sede da Metrópole passa a ser a própria Colônia. O projeto bragantino de D. João VI era monárquico, absolutista e centralizado, governando o Brasil a partir do Rio de Janeiro uma sociedade agrária, latifundiária e escravista.

Na região platina, desde o início do século 19 eclodiam movimentos de independência, com idéias de república e federalismo.

¹⁰ Proclamação aos brasileiros. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, n° 154, 29/7/1833.

Especialmente o projeto republicano de Artigas, com forte cunho de reformas sociais e econômicas que ameaçavam o sistema tradicional de dominação fundado na grande propriedade escravista, preocupava o governo de D. João VI, que promoveu a ocupação da Banda Oriental, a qual foi anexada em 1821 (atual Uruguai). Os charqueadores e estancieiros rio-grandenses foram beneficiados com essa ocupação pelo acesso às terras e ao gado, tornando a presença brasileira/rio-grandense sistemática no Prata.

Durante o período joanino, o sentimento anticolonialista reduziu sua participação até sua intensificação após a vitória da Revolução do Porto (Portugal-1820), quando as Cortes de Lisboa buscam colocar o Brasil na condição colonial anterior à chegada de D. João. Em torno de D. Pedro I, as elites responsáveis pelo encaminhamento da independência do Brasil concentrarão os esforços de manter a ex-colônia unificada, afinal não havia uma consciência nacional por parte das elites regionais, que exercitavam o mandonismo local. O medo do esfacelamento do poder, da possível perda do controle sobre os grupos subalternos e os escravos, é fator que explica a tendência autoritária, centralizadora e de uma cidadania restrita aos grupos dominantes durante o governo de D. Pedro I. Porém, a articulação política feita no Rio de Janeiro e que levou à independência dirigida por D. Pedro I não significa que os interesses das elites regionais tenham sido contemplados, e estas passam a criticar o excessivo centralismo do poder e a falta de representatividade política.

Entre a Confederação do Equador em 1824 e a Revolução Praieira em 1848, vários conflitos provinciais abalaram os princípios de unidade político-administrativa. Centralização ou descentralização, executivo forte ou maior representatividade do legislativo provincial, monarquia ou república, são algumas das dicotomias que conduziram a sangrentos conflitos por todo o país. O questionamento ao projeto bragantino no Rio Grande do Sul assumiu a forma militarizada durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), quando foi defendido um projeto liberal e republicano para formação de uma nova modalidade de Estado Nacional.

A independência foi um processo balizado por pelo menos cinco referências cronológicas: 1808 (vinda da Família Real portuguesa para o Brasil), 1815 (elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, que representa a superação do Brasil, de fato e de direito, da condição de Colônia), 1820 (Revolução do Porto, que simbolicamente significou a independência portuguesa do Brasil, quando as cortes obrigaram D. João VI a retornar para Portugal), 1822 (independência do Brasil) e 1831 (abdicação de D. Pedro I, data festejada pelos opositores do

Imperador com sendo a verdadeira independência do Brasil). E esse processo ainda persistiria até D. Pedro II assumir o trono em 1840, quando a independência foi consolidada com a continuidade da repressão/pacificação das províncias que estavam em armas.

As reformas aprovadas dentro do avanço liberal (1832 – Código de Processo Criminal; 1834 – Ato Adicional), embora ampliassem o espaço político do poder local/regional que se fortaleceu com a descentralização e liberalização da justiça e com a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, não foram suficientes para estancar insatisfações reinantes no Rio Grande do Sul. Às elites regionais não se concedeu o direito de interferir na escolha dos presidentes da província que continuaram a ser de nomeação do governo central e, portanto, identificados com a facção política nele dominante.¹¹

A conjuntura mais ampla em que se deu a construção do processo de independência é fundamental para se entender os episódios ocorridos na vila do Rio Grande. No recorte temporal ligado ao assassinato do padre Bernardo Viegas, o período de 1831 a 1833 foi de grande tensão, que continuaria a aumentar até setembro de 1835, quando é deflagrada a Revolução Farroupilha. Entre a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 e o assassinato de Viegas em 3 de outubro de 1833, os debates ligados a liberais, conservadores e portugueses se acirraram. A crítica ferrenha a D. Pedro I ligava-se à centralização política-administrativa com que ele governou por quase uma década e sua provável postura de recolonização do Brasil conforme os interesses das Cortes em Portugal. Considerava-se que a forte presença dos proprietários e comerciantes portugueses poderia acarretar uma independência de fachada, a partir da tutela e influência lusitana. Acentua-se a postura de combate aos partidários da recolonização portuguesa, aos setores conservadores que buscavam segurança na preservação da sociedade tradicional do latifúndio escravista apoiando a monarquia bragantina. Os liberais, moderados ou exaltados, arregimentaram forças em torno dos princípios do nacionalismo, da defesa da pátria ameaçada. O nível de confronto político acentou-se até as difamações mútuas e os discursos antagônicos de forte clima passional.

Foi nesse contexto de passionalidade e defesa da independência a partir de um intenso discurso nacionalista e de aversão à presença recolonizadora lusitana que ocorreu a morte do padre Viegas, uma

¹¹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no Século 19*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 35.

importante liderança liberal. Ele tinha um currículo irresistível para um assassino: além de deputado, era professor e destacado membro do clero. Integrante da maçonaria, foi um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Jornalista no primeiro jornal da vila do Rio Grande, *O Noticiador*, cuja trajetória de jornal liberal foi de perseguição a partir da eclosão do conflito farroupilha. O colega de redação e fundador do jornal foi Francisco Xavier Ferreira, também deputado, o qual foi preso durante a Farroupilha e morreu em consequência dos maus tratos em masmorras do Rio de Janeiro. A palavra da época era fazer política. Inclusive a missa de sétimo dia torna-se um espaço de denúncia e crítica:

O Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional esteve na cerimônia com tochas em circunferência do sepulcro, prestando o seu respeito aos tristes preciosos restos que ele encerra. Estiveram presentes ao ofício religioso os senhores Juizes de Paz de ambos os Distritos da vila (a exceção de dois), os senhores Juizes de Direito, municipal e dos órfãos, os senhores sargento-mor e oficiais de Cavalaria do Distrito fardados, grande concurso de cidadãos e de respeitáveis senhoras, e para que nada faltasse a tornar este ato mais doloroso e tocante assistiam todos os discipulos da Aula de Ensino Mútuu, da qual o falecido era professor.¹²

Afinal, quem matou o padre Bernardo Viegas? O nome do autor do assassinato nunca foi revelado, porém a conjuntura histórica é um forte fator de explicação dessa ocorrência. A importância política do padre Viegas, num momento exacerbado de defesa nacionalista e de tentativas recolonizadoras e/ou de tutela portuguesa que tornasse a independência do Brasil uma farsa, é forte indício de que ele feria interesses locais. A sua morte, de um liberal/nacionalista, encontra sentido frente ao tumultuado processo histórico de um momento de consolidação do Brasil enquanto nação. Nessa direção, na falta de evidências processuais que incriminem o autor do disparo, utiliza-se a hipótese de crime político como interpretação para o assassinato do padre Bernardo Viegas. A ferramenta de análise da conjuntura histórica possibilita muitas reflexões sobre o acontecimento.

REFERÊNCIAS

¹² Missa de 7º dia. *O Noticiador*. Vila do Rio Grande, edição 175, 1833.

MACEDO, Riopardense de. *Diário de um conflito*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2003.

O NOTICIADOR. Vila do Rio Grande, 1833.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no Século 19*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. O processo de Independência do Brasil In: BOEIRA, Nelson et al. (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul – Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 19-34.

TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande: berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

